



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2014

05 de Setembro de 2014

Ubatuba

Aos cinco dias do mês de setembro de 2014 às 9:30 horas, reuniram-se nas dependências Tamoios late Clube de Ubatuba, localizado na Av. Leovigildo Dias Vieira, 1470, Ubatuba– SP, membros titulares e suplentes do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. O cerimonial deu início à plenária convidando para compor a mesa: o Sr. Maurício Moromizato, prefeito de Ubatuba, o vice-presidente deste colegiado, Jorge Guaracy Ribeiro, pelo secretário-executivo do comitê, engenheiro Sylvio do Prado Bohn Junior, os representantes das prefeituras, Maria Inês Fazzini Biondi (secretária adjunta de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba), Eduardo Hipólito do Rego (secretário de Meio Ambiente de São Sebastião), Daniel Figueiredo Vilela (secretário interino de Meio Ambiente de Ilhabela), e pelo presidente da Câmara de Ubatuba, Eraldo Todão (Xibiu). Maria Inês declarou seu prazer em participar desta plenária do CBH-LN, destacando que o CNH-LN talvez seja o fórum de discussão mais importante na região. Eduardo Hipólito apresentou sua indignação em decorrência do Governo do Estado ter informado que apresentará em audiência pública sua versão do Gerenciamento Costeiro, descartando, segundo Eduardo Hipólito, a discussão de ao menos quatro anos (no caso em São Sebastião), com a sociedade civil e órgãos do Estado. Acrescentou ainda que o dia seria festivo porque seriam aprovados os projetos para financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). Sylvio do Prado Bohn Junior agradeceu a todos pela presença e também a todas as prefeituras e Câmaras Municipais quanto aos encaminhamentos de projetos de lei para viabilização de recursos destinados à criação da Fundação Agência de Bacias do Litoral Norte. Lembrou que a plenária apreciaria e votaria projetos que totalizavam aproximadamente R\$ 5,3 milhões. Sylvio também frisou a retomada do Grupo de Trabalho de Cobrança da Água (GTCOB) para efetivação desta cobrança, cujos recursos serão destinados à Fundação Agência de Bacias e a projetos para proteção dos recursos hídricos desta região. Outro assunto citado por ele foi relativo à crise de falta d' água no Estado de São Paulo. Acentuou que esta questão não está distante do Litoral Norte, e que é equivocada a ideia de que no litoral o volume de água não é preocupante. Jorge Guaracy Ribeiro manifestou-se sobre a iniciativa do governo do Estado em relação ao Gerenciamento Costeiro, que se estabelece unilateralmente, deixando de lado a instância do grupo setorial (Gerco), de composição tripartite (Estado, Municípios, Sociedade Civil). Enalteceu o CBH-LN pela sua atuação democrática em ações de financiamento de projetos de interesse da sociedade civil e governos municipais na gestão dos recursos hídricos. Eraldo Carlos Tenório Todão (Xibiu), também preocupado com a crise da água no Estado parabenizou o CBH-LN pelos trabalhos de proteção do potencial hídrico, e destacou que a Casa Legislativa Ubatubense está disponível ao comitê, e que está feliz por representarem o primeiro município a aprovar a lei que destina recursos para criação da Fundação Agência de Bacias. O mestre de cerimônia da plenária citou o nome de Marcio José dos Santos, membro da secretaria executiva do CBH-LN, agradecendo por sua enorme colaboração. O prefeito Maurício Moromizato falou sobre a extrema importância do CBH-LN. Afirmou que o comitê o fez crescer muito em termos de conhecimento e de visão estratégica do Litoral Norte, e que em Ubatuba, a Câmara aprovou com muita tranquilidade a lei para liberação de recursos destinados à criação da Fundação Agência de Bacias. Continuou destacando a preocupação em relação ao Gerenciamento Costeiro, há tanto tempo em discussão e agora sob risco causado por posição mais autoritária ou não consensual do governo do Estado, e que se faz necessário valer a opinião dos municípios. Ele também comentou sobre os projetos/Fehidro, agradecendo as propostas destinadas a Ubatuba, envolvendo projetos estratégicos para este município, como plano de macro drenagem, destacando que o Fehidro, efetivamente, com esta disponibilidade de recursos, contribui com plano de governo municipal de desenvolvimento sustentável. Maurício Moromizato agradeceu às Câmaras Técnicas do CBH-LN pela dedicação à análise dos projetos/Fehidro. Fernando Parodi, coordenador da Câmara Técnica de Planejamento de Assuntos Institucionais (CTPAI) expos os projetos/Fehidro, pelo CBH-LN, a serem submetidos à votação da plenária. Parodi falou sobre a Deliberação CBH-LN 150 de setembro de 2014, que indica prioridades de aplicação dos recursos do Fehidro para 2014, e explicou que há oito anos, o CBH-LN reproduz sistemática de trabalho, que possui duas etapas de análises após abertura de inscrições anuais de projetos, com base em cronograma. O processo é compartilhado entre as Câmaras Técnicas Saneamento (CTSAN), Educação Ambiental (CTEA), além da CTPAI, e alguns Grupos de Trabalho do CBH-LN, como o de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais. Explicou que neste ano houve com 10 projetos no início e sete no final do processo. Três projetos foram retirados pelos tomadores (autores). Três projetos são dos poderes públicos e quatro da sociedade civil. O investimento previsto total será de R\$ 4,2 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões (Fehidro) e R\$ 719,3 mil (contrapartida). Parodi apresentou o nome de todos os analistas e agradeceu pela colaboração destes. Os *Projetos que serão encaminhados à deliberação final de agentes técnicos do governo do estado são*: 1) Instalação de Tecnologias Alternativas de Esgotamento Sanitário Bairro da Almada Ubatuba/SP (Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta). Fossas-filtros para área não atendida pela Sabesp: R\$ 282.052,66: R\$ 249.954,66 (Fehidro) / R\$ 32.098 (Contrapartida); 2) III Fórum de Educação Ambiental do Litoral Norte Tomador Projeto (Instituto Costa Brasilis), envolve crianças do Ensino Fundamental a universitário: R\$ 255.425,00: R\$ 225.215,00 (Fehidro) / R\$ 30.210,00 (Contrapartida); 3) Recuperação de Áreas

60 Degradadas com Geração de Renda – Instalação de Sistemas Agroflorestais no Litoral Norte (Instituto Onda Verde),
61 em Caraguá e São Sebastião (área da bacia do Rio Juqueriquerê). Conforme Instituto Onda Verde, projeto prevê
62 recuperação de 200 mil metros² de área degradadas e matas ciliares, envolvendo 15 agricultores familiares: R\$
63 1.299.286,31: R\$ 801.172,56 (Fehidro) / R\$ 498.113,75 (Contrapartida); 4) Prolongamento de Revestimento da Vala
64 de Drenagem no Bairro Martim de Sá (Prefeitura de Caraguatatuba): R\$ 965.924,98: R\$ 917.628,73 (Fehidro) / R\$
65 48.296,25 (Contrapartida); 5) Plano de Drenagem para Bairro do Perequê Açu - Bacias do Rio Grande e Indaiá
66 Capim Melado - Ubatuba/SP (Prefeitura de Ubatuba): R\$ 554.518,00: R\$ 526.218 (Fehidro) / R\$ 28.300,00
67 (Contrapartida); 6) Programa de Difusão de Informações e Treinamento Prático para Minimização de Impactos
68 (Prefeitura de Ubatuba): R\$ 694.282,00: R\$ 31.322,00 (Fehidro) / R\$ 62.960,00 (Contrapartida); 7)
69 Avaliação Ambiental Estratégica das Diretrizes de Zoneamento Territorial para Possível Expansão Urbana de
70 Caraguatatuba (Teia - Casa de Criação, com sede em São Carlos (SP). Projeto é destinado a verificar impactos do
71 Zoneamento Econômico e Ecológico na Bacia do Juqueriquerê, em particular na área da Fazenda Serramar: R\$
72 170.867,76: R\$ 151.533,36 (Fehidro) / R\$ 19.334,40 (Contrapartida); totalizando R\$ 4.222.356,71 - R\$
73 3.503.044,31 (Fehidro) / R\$ 719.312,40 (Contrapartida). Cinco projetos aprovados pelo colegiado do CBH-LN em
74 2013 foram cancelados no ato da elaboração de seus contratos com o agente financeiro, por razões burocráticas e
75 técnicas. Tais projetos foram reindicados para financiamento em 2014, conforme ajuste entre tomadores e Câmara
76 Técnicas do CBH-LN, sendo eles: 1) Educação Ambiental para Gestão Participativa dos Resíduos Sólidos
77 Domiciliares - Almada Ubatuba/SP (AICAS - Almada): R\$ 149.983,28: R\$ 122.113,48 (Fehidro) / R\$
78 31.765,74 (Contrapartida); 2) Instalação de Tecnologias Alternativas de Esgotamento Sanitário no Bairro do
79 Cambury - Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta Ubatuba/SP. Fossa-filtro para área não atendida pela Sabesp:
80 231.875,40: R\$ 200.109,66 (Fehidro) / R\$ 31.765,74 (Contrapartida); 3) Compreensão dos Fenômenos Naturais:
81 Um bom Começo para Preservar o Meio Ambiente (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais-
82 Funcate): R\$ 168.690,15: R\$ 143.210,15 (Fehidro) / R\$ 25.480,00 (Contrapartida); 4) Sistema de Drenagem das
83 Águas Pluviais no Bairro Água Branca - Ilhabela/SP (Prefeitura de Ilhabela): R\$ 1.206.465,30: R\$ 1.151.045,36
84 (Fehidro) / R\$ 55.419,94 (Contrapartida); 5) Estudo e caracterização sócio ambiental da Bacia Hidrográfica do Litoral
85 Norte visando implantação de políticas públicas para conservação dos recursos naturais. (Fundação de Apoio à
86 Pesquisa Agrícola/Fundag) , vinculado ao Instituto Agrônomo de Campinas: R\$ 313.508,17: R\$ 313.508,17
87 (Fehidro). Não tem contrapartida por ser projeto de cunho regional, dispensa é prevista no MPO. Estes projetos
88 totalizam R\$ 2.072.231,33; 1.931.695,85 (Fehidro); 144.431,42 (Contrapartida). Parodi também apresentou outras
89 previsões de recursos: 1-XII Diálogo Interbacias, já realizado em São Pedro (SP): R\$ 21 mil; 2- Projeto de
90 Fortalecimento, Integração e Articulação dos Comitês de Bacias (CBH-LN, CBH-Baixada Santista, CBH- Ribeira de
91 Iguape), denominado Vertente Litorânea (Instituto Costa Brasilis – Desenvolvimento Sócio Ambiental): R\$
92 130.333,02 (Fehidro), dispensada contrapartida; 3- Ficaram reservados R\$ 300 mil para o projeto de elaboração do
93 Plano de Bacias do Litoral Norte – 2016-2019 e para divulgação da Cobrança pelo Uso da Água, sendo o balanço
94 financeiro de 2014: Valor Fehidro (Projetos reindicados): R\$ 1.931.695,85; Valor Fehidro (Projetos indicados 2014):
95 R\$ 3. 503.044,31; XII Diálogo Interbacias 2014: R\$ 21.000,00 Plano de Bacias LN/2016-2019 e divulgação da
96 Cobrança pelo Uso Água R\$ 300.000,00; Vertente Litorânea R\$ 130.333,02; Subtotal Fehidro: R\$ 5.886.073,18;
97 Total de Recursos Fehidro 2014 R\$ 5.890.665,91; Saldo: R\$ 4.592,73. Walter Tesch, secretário executivo do
98 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São
99 Paulo explanou que é gestor do Fehidro, responsável por assinar toda a burocracia deste Fundo, que é
100 extremamente importante, e que é decidido de forma descentralizada. Disse ainda que já esteve neste comitê
101 assistindo o trabalho de estímulo para que a sociedade civil apresente seus projetos, e que o objetivo é resgatar a
102 quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Destacou que existem vários problemas neste Fundo porque, além
103 de financiar a sociedade civil e poderes públicos nos projetos, o Fehidro também dá suporte à política estadual,
104 como financiamento a monitoramento meteorológico e suporte à agricultura, assim como a todo trabalho do DAEE
105 de águas subterrâneas e o trabalho de qualidade da Cetesb. Acrescentou que os projetos aprovados, findavam a
106 primeira etapa, e agora serão avaliados pelos agentes técnicos do Estado, que tem prazo, que em caso de não
107 cumprimento culmina no cancelamento do projeto. Destaca que não é falta de vontade, e sim, procedimento.
108 Afirmou que o sistema é acompanhado por auditoria da Secretaria da Fazenda e pelo Tribunal de Contas, e por isso
109 os comitês devem estar atentos aos prazos, e se necessário deve-se acionar o agente técnico. Sylvio do Prado
110 Bohn Junior questionou sobre o caso de Puruba, que estaria sendo revisto. Walter Tesch respondeu que há uma
111 possibilidade, se a Cetesb, o agente técnico e o Conselho de Recursos Hídricos derem aval o assunto pode ser
112 encaminhando para que o tomador não pague ao menos o que foi investido, apesar da norma dizer que não. Sylvio
113 afirma ser importante ressaltar que todas as prestações de contas foram aprovadas, e que o projeto é piloto para
114 fossa séptica em comunidade tradicional, sem características de ocupação desordenada, e que normalmente estas
115 áreas são bastante carentes de todos os serviços públicos, e que são de difícil acesso, e que o CBH visa, por meio
116 destes projetos, suprir o mínimo desta carência, que é o saneamento. Sylvio acrescenta que para devolver recursos
117 de um trabalho de mutirão, cujo tempo chuvoso dificultou agilidade das obras, que a comunidade não teria como
118 devolver o recurso, e que é esperado um final justo para este caso, uma vez que o recurso foi bem aplicado, sem
119 qualquer desvio. Maurício Moromizato referenda a importância deste Fundo. Georg Mascarenhas Worth aponta a
120 necessidade de equipes para acompanhar projetos em andamento e Maurício Moromizato coloca a Deliberação

121 CBH-LN 150 / 2014 em votação, a qual é aprovada por unanimidade. Iara Bueno Giacomini, apresenta relatório de
122 frequência sobre a participação do colegiado nas Câmaras Técnicas o CBH-LN, destacando a necessidade dos
123 membros do colegiado participarem das reuniões e decisões, e fazendo articulação com seus pares e suplentes na
124 impossibilidade de participação. O prefeito Maurício Moromizato parabenizou o trabalho apresentado por Iara e
125 sugeriu que este balanço se torne rotina. Ele sugere verificar as razões para ausência e propor alguma solução.
126 Maurício Moromizato agradeceu ao Tamoios late Clube de Ubatuba pela cessão do espaço para a audiência
127 pública, também agradeceu à Litoral Norte Magazine, pela publicação em homenagem aos 17 anos do Comitê de
128 Bacia do Litoral Norte. O prefeito também frisou ter honra ao sediar eventos do CBH-LN. Ainda acentuou ser muito
129 importante a exposição a ser feita sobre Relatório de Disponibilidade Hídrica das Bacias Hidrográficas do Litoral
130 Norte, pelo ecólogo Fabio Luciano Pincinato. Fabio inicia dizendo que apesar de ser uma região chuvosa, esta
131 chuva está reduzida, e que não há tanta água disponível. Que em São Paulo, já existe os problemas dos
132 reservatórios, e que há necessidade de pensar esta questão no futuro do LN, de qual a capacidade que nossa
133 região terá, frente a todas as mudanças decorrentes do crescimento urbano. Fábio explicou o conceito da vazão
134 mínima de referência denominada $Q_{7,10}$, e que é possível definir diretrizes em termos de outorgas e gerenciamento
135 especial de bacias críticas nesta vazão, com vistas a evitar escassez de água no futuro. Para este estudo preliminar,
136 foi utilizada a base de dados da Cobrança de Uso da Água do DAEE - que tem outorgas e cadastros de captações
137 até 2013, a delimitação das bacias hidrográficas do Litoral Norte, um estudo feito pelo IPT para o Relatório Zero do
138 CBH-LN em 2000, e a vazão mínima de referência de cada bacia hidrográfica ($Q_{7,10}$), também calculado pelo IPT
139 para o Relatório Zero em 2000. Fabio destacou que a vazão mínima de referência é estimada a partir dos dados de
140 chuva e das áreas das bacias do LN, porque não existem medições diretas da fluviometria da região. Apesar de
141 haver disponibilidade muito alta na maioria das bacias do Litoral Norte, as bacias são divididas em pequenas áreas
142 que deságuam no mar, então água da chuva cai e escorre rapidamente para o mar, sem ficar reservada. Fabio
143 continua dizendo que os aquíferos litorâneos não são expressivos, e que a maior parte da água para uso no LN é
144 superficial. Destaca que algumas bacias estão com disponibilidade hídrica considerada média, pela sua área e uso:
145 Bacias do Rio Escuro/Comprido, em Ubatuba, Rio Mococa, em Caraguatatuba, e do Córrego Paquera/Cego em
146 Ilhabela, estando com aproximadamente 40 e 50% do seu $Q_{7,10}$ outorgado. De acordo com a legislação, acima de
147 50% já caracteriza a bacia como crítica. Duas bacias já estão sob estado crítico: A bacia do Rio Maresias, em São
148 Sebastião, com 69,95 % outorgado, e a bacia do Rio São Francisco, na mesma cidade, com 118,98% outorgado
149 (muito crítico). A lei estadual 9.034/1994 diz em seu artigo 14: Quando a soma das vazões captadas em uma
150 determinada bacia hidrográfica, ou em parte desta, superar 50% da respectiva vazão de referência, a mesma será
151 considerada crítica e haverá gerenciamento especial que levará em conta: I - o monitoramento da quantidade e da
152 qualidade dos recursos hídricos, de forma a permitir previsões que orientem o racionamento ou medidas especiais
153 de controle de derivações de águas e de lançamento de efluentes; II - a constituição de comissões de usuários,
154 supervisionadas pelas entidades estaduais de gestão dos recursos hídricos, para o estabelecimento, em comum
155 acordo, de regras de operação das captações e lançamentos; III - a obrigatoriedade de implantação, pelos usuários,
156 de programas de racionalização do uso de recursos hídricos, com metas estabelecidas pelos atos de outorga. Fabio
157 Luciano continua dizendo que aborda esta questão de legislação uma vez que já existem duas bacias em estado
158 muito crítico, e que há a necessidade de pensar - o Comitê de Bacias, órgãos responsáveis e usuários - pensar
159 sobre elas para discutir este tema na elaboração do Plano de Bacias 2016 -2019, que será concluído no final do ano
160 que vem. Discutir como montar comissões de usuários, como definir regras para estas duas bacias muito críticas e
161 começar a pensar nas bacias classificadas com criticidade médias, sob risco de entrar para estado crítico nos
162 próximos anos. Fabio fez algumas considerações sobre o estudo preliminar, mostrando que existem possibilidades
163 que os dados estejam subestimados e finaliza dizendo que a água é um bem público e deve servir todas as pessoas
164 e para a manutenção dos ecossistemas. E deixa um convite para todos participarem desta discussão no Plano de
165 Bacias. Eduardo Hipólito diz que é sabido que a situação é grave e que pode estar mais grave do que os dados
166 apresentados, pois existe tubulações clandestinas nas cachoeiras. FRANCISCO FABBRO NETO
167 (PROFESSOR/IFESP/CAMPUS CARAGUATATUBA) questiona Fábio se houve comparação destes dados com
168 dados do ano 2000, quando foi feito o Relatório Zero. Se em 2000, estas bacias estavam com índices aceitáveis.
169 FABIO LUCIANO responde que em 2000 não havia estes dados. Que começou a fazê-los em 2009, com base nos
170 dados do DAEE. Mas que é possível notar oscilações a partir de 2009 na Bacia de Maresias, por exemplo, que já
171 esteve bem e depois piorou, em razão de atualização de outorgas. Entre 2011, 2012, 2013, esta bacia deu um salto
172 de demanda por conta do aumento populacional em taxas superiores a do Estado de São Paulo. Caso esta base de
173 cálculo continue, teremos mais bacias em estado crítico nos próximos anos, por isso é necessário refinar o cálculo,
174 o $Q_{7,10}$ é valor estimado, um valor teórico, precisamos atuar no gerenciamento das bacias críticas. Georg
175 Mascarenhas diz que vale a pena fazer um alerta aos órgãos competentes sobre assoreamento de bacias que
176 provoca perda de vazão. Fabio Luciano concorda que o momento deve ser de discussão e planejamento, pois é
177 momento de revisarmos o Plano de Bacia, e o Zoneamento Ecológico Econômico também. CESAR GALDINO
178 (DAEE) diz que o Daee está exigindo para as novas outorgas a efetiva colocação de medidores de vazão para
179 começar registrar dados reais, e que apesar da situação crítica de algumas bacias, a Sabesp tem deixando ao
180 menos o $Q_{7,10}$ fluindo. Pedro Fernandes Ponce, gerente operacionais da Sabesp chama a atenção para o uso
181 irregular da água das cachoeiras, pois há locais onde pessoas estão captando muita água, mais do que a Sabesp,

182 que é um assunto polêmico e complexo. Afirma que cerca de 60% da população atendida pela rede da Sabesp
183 também capta água de cachoeira, clandestinamente, pois a legislação não permite. Para dar publicidade aos
184 encaminhamentos da criação da Fundação Agência de Bacias o Biólogo Márcio José dos Santos, membro da
185 Secretária Executiva do CBH-LN atualizou o plenário sobre as etapas da criação da Fundação, apresentando alguns
186 questionamentos levantados pelo promotor, curador de fundações, em Ubatuba acerca da 1) sede própria da
187 Agência de Bacias 2) esclarecimento sobre como será inicialmente a administração da fundação, 3) como serão
188 remunerados colaboradores e corpo técnico, a princípio teremos corpo técnico mínimo (presidente, diretoria,
189 assistente técnico e colaboradores do próprio comitê). Esclarecemos ao plenário que estamos na fase do da política de
190 custeio. Em Caraguatatuba, a minuta de projeto está sob análise na Secretaria de Assuntos Jurídicos. Nesta cidade,
191 há diferencial em relação às outras. Em 2003, quando foi aprovada a criação da Fundação Agência e seu custeio, a
192 lei não citou valor, consta que o repasse seria feito por decreto. O prefeito era o mesmo de hoje. O prefeito Antonio
193 Carlos afirmou que não será necessário projeto de lei para encaminhamento à Câmara, uma vez que ele fará
194 decreto atualizado. Nos demais municípios, o procedimento é por lei municipal, aprovada nas Câmaras Municipais.
195 Houve contato com os prefeitos e também contamos com apoio do vice-presidente do CBH-LN (Jorge Guaracy) e
196 membros da sociedade civil. Em Ilhabela, foi aprovada a lei 6/2014, em sessão ordinária de 10 de junho de 2014.
197 Em São Sebastião, o projeto de lei 20/14 encontra-se sob análise da Comissão de Orçamento, Redação e Obras da
198 Câmara Municipal. O projeto será encaminhado à sessão parlamentar do dia 9 de setembro (terça-feira). Ubatuba
199 foi o primeiro município a aprovar a atualização da legislação, com a lei 20/2014, em sessão ordinária de 21 de maio
200 de 2014. Com a finalização destes processos, encaminharemos os resultados ao promotor de justiça. O promotor
201 também cita que em caso de destituição da Fundação Agência de Bacias os bens deverão ser repassados ou
202 doados à instituição afim, conforme artigo 69 do Código Civil, o que já adequamos em estatuto. Márcio finaliza
203 dizendo que a instituição pública – Fundação Agência de Bacias – terá a mesma responsabilidade ou ainda maior
204 que a atual, pois será possível buscar outras captações de recursos financeiros, além de fortalecer o Comitê de
205 Bacias, contratando profissionais para área administrativa, respeitado as decisões do colegiado. A Fundação
206 Agência de Bacias, sua diretoria, fica vinculada ao Comitê de Bacias do Litoral Norte. Walter Tesch explica que a
207 única agência de bacias que até hoje cumpriu todo o circuito para criação da Fundação Agência foi a Agência do
208 PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá). Que houve a transferência dos recursos de custeio para a Agência e ela
209 também pode aplicar em custeio até 10% dos recursos da Cobrança pelo Uso da Água. Que a Agência assume a
210 responsabilidade dos custos e suporte técnico ao comitê e que ainda existe uma via sacra para aprovação e
211 autorizações para o LN. Lembra que as Fundações precisam ter equilíbrio econômico-financeiro para manter
212 pessoal, infraestrutura e dar suporte ao comitê, e que a CRHi elaborou um roteiro, e que todos os caminhos,
213 obstáculos e soluções que forem encontradas, sejam passadas à CRHi para o enriquecimento do roteiro. Sylvio do
214 Prado fala sobre a problemática do site estar fora do ar, devido a problemas bastantes complexo, como suspeita de
215 espionagem e vírus, problemas que forçaram elaboração de novo site, com toda proteção necessária, que está em
216 andamento. Sylvio e agradece à NS Comunicação que divulgou homenagem aos 17 anos do CBH-LN, ao
217 Comodoro Magalhães do Tamoio late Clube pela cessão do espaço ao CBH-LN, à minha equipe da secretaria
218 executiva, ao Márcio, à Lara e ao Fabinho que não poupam esforços para os trabalhos deste colegiado, e finaliza
219 dizendo que a Fundação Agência de Bacias é muito necessária e que o CBH-LN, trabalha passo a passo para sua
220 criação. Jorge Guaracy finaliza dizendo que em relação à questão das indicações de representantes das
221 Associações no GT COB, que fez uma reunião com o presidente da Associação Comercial de Ubatuba, e que os
222 representantes serão ele mesmo, das Associações de Ilhabela, e de Ubatuba. E que haverá atenção na articulação
223 com os indicados que realmente participarão das reuniões para de fato contribuir com o trabalho, evitando também
224 ir para a lista de estatísticas de ausentes da Lara Giacomini. Ele agradece a todos encerrando a plenária por volta 13
225 horas. Esta ata foi lavrada por mim Lara Bueno Giacomini, representante da Secretaria de Saneamento e Recursos
226 Hídricos – SSRH e membro da Secretaria Executiva do CBH-LN, tendo como suporte o relatório elaborado por Nívia
227 Alencar, da empresa NS Comunicação.